

Crianças indígenas sofrem mais de desnutrição

Mais de um quarto das que têm até 5 anos têm baixa estatura para a idade. Pesquisadores compararam peso e altura de filhos de diferentes grupos de mães para analisar impacto étnico e racial no desenvolvimento infantil

LUCAS ALZINO
lucas.alzino@globo.com.br

Mais de um quarto das crianças indígenas brasileiras de até 5 anos têm baixa estatura para a idade, uma forte evidência de desnutrição infantil, revela um estudo do Centro de Integração de Dados e Conhecimento para Saúde (Cidacs/Fiocruz Bahia). Os pesquisadores compararam o peso e a altura de filhos de diferentes grupos de mães para analisar o impacto das variáveis étnico-raciais no desenvolvimento infantil. Em relação às crianças brancas, as indígenas possuem, em média, 740 gramas de peso e 3,3 centímetros de altura a menos.

Os autores do estudo, publicado neste mês na revista científica internacional "BMC Pediatrics", cruzaram dados de 4 milhões de crianças nascidas entre janeiro de 2003 e novembro de 2015 para chegar aos resultados. Todas as filhas de mães registradas no Cadastro Único (CadÚnico) do governo federal, ou seja, são de grupos sociais vulneráveis, elegíveis a programas sociais de transferência de renda. Por isso, as diferenças entre média de peso e altura das crianças brancas e pretas não eram tão acentuadas, ainda que existentes.

A maior discrepância observada foi referente ao grupo de filhos de indígenas. Além de 26,7% das crianças terem baixa estatura, 67% tinham baixo peso. Nutricionista da UFBA e primeira autora do artigo, Helena Benes explica que o peso é um valor que flutua muito nessa idade, enquanto a altura é uma marca mais assertiva para se atestar a desnutrição crônica.

— Os resultados para crianças indígenas chamam muita a atenção. Foi uma população que sofreu com eventos de desnutrição, e o desenvolvimento infantil tem relação com o ambiente. Nos primeiros anos de vida, o crescimento se dá mu-



Afastados pela fome. Equipe médica militar atende criança ianomâmi: falta de alimentação vem se agravando entre os menores de 5 anos desde 2015

to pela qualidade devida, do sono, o acesso à alimentação e à água de qualidade. Crianças filhas de mães indígenas têm crescimento afetado, provavelmente por baixa ingestão de nutrientes — alerta Benes.

O estudo se debruçou sobre os dados macro, compilando os resultados finais sem análise individualizada das variáveis que causariam as discrepâncias no peso e na altura. Mas as médias indicam hipóteses sobre as diferentes trajetórias de crescimento de acordo com os grupos étnico-raciais.

Os filhos de mães brancas foram usados como referência, por apresentarem os melhores resultados: 8,6% tinham baixa estatura e 2,5% baixo peso. Para as crianças pardas, as taxas de prevalência de baixa altura e baixo peso foram de 11,8% e 3,8% do total, respectivamente. De crianças pretas, 10,4% e 3,5%. E de crianças asiáticas, 11% e 3,6%.

O estudo também quantificou a diferença média entre as alturas e os pesos das crianças dos diferentes grupos. Depois das indígenas, a maior foi registrada

entre filhos de mães pardas: 0,6 centímetro e 250 gramas a menos que as brancas. Em seguida, vieram os descendentes asiáticos (0,39 cm e 220 gramas a menos) e os nascidos de mães pretas: 0,21 cm e 150 gramas a menos.

— Nenhum grupo consegue ter pesos ou altura média maior que o dos filhos de mães brancas — destaca Benes, que explica o motivo da divisão de grupos acontecer pela raça das mães. — Depende muito do acesso social à mãe. É a renda dela que impacta na alimentação da criança, por exemplo. E os serviços aos quais elas têm acesso, como de saúde e escolaridade.

A nutricionista admite que antes da análise ela e a estatística Juliana Freitas, coautora do artigo, acreditavam que a discrepância entre filhos de mães brancas e pretas seria maior. Mas como o universo total analisado faz parte de um grupo social semelhante — todas com acesso ao CadÚnico — as diferenças no desenvolvimento podem ter sido reduzidas.

— Se o grupo de referência fosse de fora do Cadas-

INFÂNCIAS DIFERENTES

A subnutrição infantil, por diferentes grupos étnico raciais



Fonte: Centro de Integração de Dados e Conhecimento para Saúde (Cidacs/Fiocruz Bahia)

tro Único, a diferença seria ainda mais gritante — afirma Benes, que destaca a importância que os dados têm para o planejamento de políticas públicas aos diferentes grupos. — Embora a literatura científica já tenha discutido amplamente como o racismo impacta em desfechos negativos ao nascer, como prematuridade e baixo peso, poucos estudos se aprofundaram

no impacto do racismo no crescimento infantil de crianças brasileiras.

Nos últimos anos, estatísticas e artigos científicos recentes revelaram que a desnutrição entre os ianomâmis é uma das mais graves do mundo. A Terra Indígena Yanomami vem sofrendo uma crise sanitária a partir da invasão de garimpeiros, contaminações e desmatamento no território.

rio. Em 2021, 56,5% das crianças da etnia chegaram a algum nível de déficit de peso, segundo dados do Departamento de Atenção Primária à Saúde Indígena.

Desde 2015, a desnutrição infantil na reserva ianomami vem afetando cerca de metade da população de menos de 5 anos. No início do ano passado, fotos de bebês e crianças desnutridas foram divulgadas por lideranças indígenas como forma de denunciar o problema. Em seguida, o governo federal iniciou uma operação na região e organizou resgates de quem estava em situação grave. Segundo o Ministério da Saúde, 307 crianças com desnutrição moderada a grave foram resgatadas ao longo do ano passado.

BAIXA ESCOLARIDADE

Do universo de indivíduos analisados pela pesquisa da Fiocruz, a maioria era de filhos de mães pardas (64,33%), seguidos pelos filhos de mães brancas (30,86%), de mães pretas (3,55%), de mães indígenas (0,88%) e de mães com descendência asiática (0,38%). Benes explicou que, mesmo em menor número, o conjunto de dados da população indígena era suficiente para a análise estatística, através dos modelos utilizados.

Além da origem étnico-racial, a pesquisa também identificou outras características: a maior parte dessas mulheres eram residentes de áreas urbanas (com exceção das mulheres indígenas, das quais 73,83% viviam em zonas rurais), e residiam em condições de habitação consideradas mais precárias (30,04%).

Em relação à escolaridade, mulheres indígenas e pretas possuíam os menores níveis educacionais (27,52% e 13,76%, respectivamente), além dos maiores índices de incompletação do acompanhamento pré-natal (67,44% para indígenas e 47,02% para mulheres pretas).

Mortes de ianomâmis em 2023 chegam a 363 e superam 2022

Sônia Guajajara diz que pode ter havido subnotificação no governo anterior

KAROLINE BANDEIRA
karoline.bandeira@globo.com.br

Após o Ministério da Saúde registrar 363 mortes de indígenas ianomâmis em 2023, número superior aos 343 do último ano da gestão de Jair Bolsonaro, o governo federal anunciou a construção do primeiro hospital indígena em Boa Vista. As obras devem começar neste ano, mas ainda não há previsão de início.

Segundo a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, o número de mortes por desnutrição e malária e de notificações de doença na região nos últimos anos pode ser ainda maior, devido à chance de subnotificação pela ausên-

cia de profissionais de saúde e pela desativação dos polos base de apoio. Sete unidades foram encontradas desativadas em 2023.

— Um ano não foi suficiente para resolver todas as situações instaladas ali, com a presença de quase 30 mil garimpeiros no território, alienando e violentando os indígenas e impedindo que as equipes de saúde chegassem — reconheceu a ministra na quinta-feira passada, ao apresentar os números.

Após fracasso na retirada dos garimpeiros ilegais da Terra Indígena Yanomami, em Roraima, o governo decidiu que a presença das Forças Armadas e da Polícia Federal passará a ser definitiva no regime. De acordo

com Sônia Guajajara, muitos invasores voltaram ao local após o término das operações de retirada no ano passado, uma resposta a uma crise sanitária entre os ianomâmis, decretada logo no início do governo Lula. A ministra admitiu que o modelo emergencial adotado no ano passado, com operações ocasionais, permitiu a volta dos garimpeiros.

REDES INTERPRETES

O secretário de Saúde Indígena, Ricardo Weibe Tapeba, afirmou que o hospital em Boa Vista terá um atendimento pensado para a população indígena, com espaço para redes e intérpretes. O governo também planeja a construção e reforma



Ainda sem solução. Ianomâmis com suprmimentos de garimpeiros invasores da reserva em fevereiro do ano passado

de 22 unidades básicas de saúde indígenas e a nova Casa de Governo em Boa Vista, que terá a presença de representantes locais de 13 municípios.

— Quando chegamos em campo, identificamos um número de desnutrição e óbitos muito superior ao que os nossos dados apresenta-

vam. Se os polos estão fechados e não há profissionais de saúde, não conseguimos notificar os óbitos. Nós sabemos que ainda há subnotificação, mas agora sabemos onde está — disse a secretária nacional de Vigilância em Saúde, Ethel Maciel, acrescentando que seis dos sete polos de apoio na terra iano-

mâmi foram reabertos.

A Casa de Governo deverá negociar com o estado e municípios alternativas de renda para a população de Roraima, para diminuir a pressão pela invasão do território indígena. Toda a operação deve custar R\$ 1,2 bilhões ao governo, valor que sairá de um orçamento especial.